

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
- CNPJ/MF: 09.358.105/0001-91
- Diretor de Relação com Investidores: Sr. Daniel Sonder
- Atividades: (i) administrar mercados organizados de valores mobiliários, de títulos, de derivativos e de outros instrumentos financeiros (“Ativos”), admitidos a negociação e/ou a registro de negociação previamente realizada; (ii) operacionalizar e manter sistemas de registro de Ativos, de negociação, de registro de operações previamente negociadas, e de compensação, liquidação e de depósito ou custódia de Ativos, nos mercados organizados administrados pela Companhia (“Mercados Organizados”) ou nos mercados organizados administrados por outras entidades; (iii) criar e desenvolver os Mercados Organizados, bem como divulgar as alterações introduzidas nos mesmos, com rapidez, amplitude e detalhes; (iv) dotar os Mercados Organizados, de forma permanente, de todos os meios necessários à pronta e eficiente realização e visibilidade das operações; (v) preservar elevados padrões éticos e princípios equitativos de comércio e de negociação para as pessoas que nela atuem, direta ou indiretamente, bem como regulamentar as negociações e dirimir questões operacionais pelas quais estejam interessados os Participantes (conforme definido no Artigo 27, Inciso (i) do seu Estatuto Social) dos Mercados Organizados; (vi) fiscalizar o cumprimento, pelos Participantes, das disposições legais e regulamentares, observado o limite de sua atuação; (vii) prestação de serviços associados ao suporte às operações de crédito, através do desenvolvimento e operação de sistemas de processamento de dados e de tecnologia da informação, envolvendo não exclusivamente: o registro e controle de contratos de financiamento; o registro de inserções, a manutenção, controle e baixas de garantias ou gravames; o provimento de mecanismos de consulta acerca desses registros; o provimento de informações para a análise de crédito e gestão do risco de crédito; o armazenamento e guarda de informações relacionadas às operações de crédito e às respectivas garantias, bem como relacionadas aos ativos onerados ou gravados; (viii) participar no patrimônio ou capital social de outras sociedades, que tenham por objeto atividades compatíveis com o objeto da

Companhia, a critério do Conselho de Administração. A Companhia pode, a critério do Conselho de Administração, prestar serviços especiais, não especificados no seu objeto social, desde que com ele compatíveis, observada a legislação em vigor.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
 - Séries: Única
 - Data de Emissão: 14/09/2014
 - Data de Vencimento: 12/09/2017
 - Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
 - Código CETIP/ISIN: CTIP12/ BRCTIPDBS020
 - Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta foram integralmente utilizados para o resgate antecipado das debêntures da primeira emissão da Companhia, bem como para recomposição de caixa da Companhia.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
 2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 66.11-8-04 - Administração de mercados de balcão organizados;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,77 em 2015 para 0,87 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 2,96 em 2015 para 1,08 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 2,96 em 2015 para 1,08 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,32 em 2015 para 0,33 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 3,5% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 5,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 7,9% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo uma redução de 53,7% de 2015 para 2016 e uma variação positiva no índice de endividamento de 2,5% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO*: 106,65% do DI

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

14/03/2016 – R\$ 718,448300

12/09/2016 – R\$ 730,197300

Resgate Parcial Antecipado:

08/12/2016 – R\$ 10.337,653900

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 49.959

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 50.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - Resgate: conforme item 4 acima;
 - Amortização: não houve;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas as obrigações relativas às debêntures, a manter, entre outras obrigações, os índices financeiros descritos no item 6.26, alínea “XX”, da Escritura de Emissão.

1. Índice de alavancagem máxima

<i>Dívida líquida</i>	<u>31/12/2016</u>
<u>Dívidas</u>	
Empréstimos e obrigações	
de arrendamentos financeiros	839.203
Debentures emitidas	520.755
Instrumentos financeiros derivativos	11.941
<u>Caixa e aplicações financeiras</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	(3.555)
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	(1.473.105)
Instrumentos financeiros derivativos	(64.577)
Dívida líquida	<u>(169.338)</u>
<u>EBITDA</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido	572.628
(+) Imposto de renda e contribuição social	311.861
(+) Resultado financeiro	(91.051)
(+) Depreciação e amortização	105.726
(+) Incentivos baseados em ações	14.175
EBITDA	<u>913.339</u>
Índice de alavancagem máxima	<u>(0,19)</u>

2. Índice de Cobertura de Juros

EBITDA

Despesas de juros

Índice de Cobertura de Juros**2016**

913.339

92.065

9,92

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures são da espécie com garantia quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem



recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	Notas	CETIP		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Circulante		1.415.716	952.420	1.485.224	1.007.642
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.245	879	3.555	2.438
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	1.120.219	756.462	1.183.361	801.956
Instrumentos financeiros derivativos	24b,d	64.577	-	64.577	-
Contas a receber	6	131.432	115.537	134.153	117.658
Impostos e contribuições a compensar		55.295	57.959	57.608	63.917
Despesas antecipadas		9.787	7.084	9.787	7.084
Outros créditos		32.161	14.499	32.183	14.589
Não circulante		3.498.175	3.363.356	2.402.785	2.489.422
Realizável a longo prazo		294.769	373.958	294.769	373.958
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	289.744	248.553	289.744	248.553
Instrumentos financeiros derivativos	24b,d	-	120.663	-	120.663
Depósitos judiciais		177	181	177	181
Despesas antecipadas		3.052	2.659	3.052	2.659
Outros créditos		1.796	1.902	1.796	1.902
Investimentos		1.137.513	918.181	7.695	6.873
Investimentos em controladas	8a	1.129.818	911.308	-	-
Investimentos em coligada	8b	7.225	6.143	7.225	6.143
Outros investimentos		470	730	470	730
Imobilizado	9	53.112	47.661	53.133	47.685
Intangível	10	2.012.781	2.023.556	2.047.188	2.060.906
Total do ativo		4.913.891	4.315.776	3.888.009	3.497.064

	Notas	CETIP		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		1.223.944	332.084	1.377.171	340.198
Fornecedores		65.977	54.042	66.334	54.416
Obrigações trabalhistas e encargos	11	89.991	68.050	90.272	68.411
Tributos a recolher	12	18.161	18.036	18.329	18.183
Imposto de renda e contribuição social		-	-	10.186	8.435
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		122.523	110.261	122.523	110.261
Debêntures emitidas	14	520.755	21.431	520.755	21.431
Empréstimos e obrigações de arrendamentos financeiros	14	354.063	8.317	496.298	7.113
Instrumentos financeiros derivativos	24b,d	11.941	11.572	11.941	11.572
Receitas a apropriar		37.786	40.223	37.786	40.223
Outras obrigações		2.747	152	2.747	153
Não circulante		1.855.406	2.287.877	676.297	1.461.051
Fornecedores		1.294	8.046	1.294	8.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21a	291.730	136.372	291.746	136.465
Provisão para contingências e obrigações legais	13d	5.727	5.933	5.727	5.933
Debêntures emitidas	14	-	498.849	-	498.849
Empréstimos e obrigações de arrendamentos financeiros	14	1.522.030	1.601.938	342.905	775.019
Receitas a apropriar		34.625	36.739	34.625	36.739
Patrimônio líquido		1.834.541	1.695.815	1.834.541	1.695.815
Capital social	15a	658.416	658.416	658.416	658.416
Reservas de capital	15c	538.341	527.834	538.341	527.834
Ajustes de avaliação patrimonial		7.521	(8.313)	7.521	(8.313)
Reservas de lucros	15d,e	625.527	539.388	625.527	539.388
Ações em tesouraria	15b	(93.848)	(104.502)	(93.848)	(104.502)
Lucros/prejuízos acumulados		-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	15f	98.584	82.992	98.584	82.992
Total do passivo e patrimônio líquido		4.913.891	4.315.776	3.888.009	3.497.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	CETIP		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de serviços	17	1.261.071	1.097.318	1.286.847	1.125.430
(Despesas)/outras receitas operacionais		(487.209)	(438.225)	(494.491)	(447.712)
Despesas com pessoal		(217.595)	(181.518)	(219.138)	(183.539)
Incentivo baseado em ações sem desembolso de caixa	23c	(14.175)	(19.786)	(14.175)	(19.786)
Depreciação e amortização	9 e 10	(102.780)	(89.823)	(105.726)	(92.771)
Serviços prestados por terceiros	18	(96.460)	(95.660)	(99.054)	(100.052)
Despesas gerais e administrativas	19	(42.892)	(40.115)	(43.080)	(40.231)
Despesas com aluguel de equipamentos e sistemas		(5.691)	(3.135)	(5.691)	(3.134)
Honorários de conselhos e comitês		(4.961)	(2.268)	(4.961)	(2.268)
Impostos e taxas		(1.845)	(1.226)	(1.854)	(1.238)
Outras despesas operacionais		(1.058)	(4.838)	(1.060)	(4.837)
Outras receitas operacionais		248	144	248	144
Resultado de equivalência patrimonial	8	(103.954)	294.280	1.082	965
Resultado financeiro	20	196.947	(396.974)	91.051	(111.428)
Receitas financeiras		445.022	324.176	305.290	294.475
Despesas financeiras		(248.075)	(721.150)	(214.239)	(405.903)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		866.855	556.399	884.489	567.255
Imposto de renda e contribuição social		(294.227)	(58.793)	(311.861)	(69.649)
Do exercício	21c	(147.030)	(118.925)	(164.738)	(129.730)
Diferidos	21a	(147.197)	60.132	(147.123)	60.081
Lucro líquido do período		572.628	497.606	572.628	497.606
Lucro por ação atribuível aos acionistas da CETIP (expresso em R\$)	16				
Lucro básico por ação		2,2025	1,9054	2,2025	1,9054
Lucro diluído por ação		2,1900	1,8980	2,1900	1,8980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CETIP S.A. - Mercados Organizados

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CETIP S.A. - Mercados Organizados ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CETIP S.A. - Mercados Organizados e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETIP S.A. - Mercados Organizados e da CETIP S.A. - Mercados Organizados e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Determinação do valor recuperável (Ágio) – nota explicativa 7

A Companhia possui ágio contabilizado de R\$ 1,2 bilhão decorrente da aquisição da totalidade das ações do capital social da GRV Solutions S.A., ocorrida em 2010. Anualmente, de acordo com as normas contábeis, a Administração executou testes para avaliar a necessidade de reconhecer eventual desvalorização desse ativo. No exercício, a Administração concluiu não haver necessidade de redução de seu valor contábil.

A referida avaliação envolve a estimativa de fluxos de caixa futuros da operação e a determinação da taxa de desconto para trazer a valor presente esses fluxos. Essas duas variáveis consideram julgamentos e premissas significativas da Administração, sendo afetados por condições econômicas futuras e de mercado. Dada a extensão do julgamento e a relevância do ágio, esse assunto foi uma área de foco em nossa auditoria.

Efetuamos reunião com a Administração da Companhia para entendimento dos principais processos e controles internos, metodologia utilizada e resultados obtidos com a avaliação de eventual desvalorização do ágio. Nossa abordagem considerou, também, a revisão da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas. Essa revisão foi efetuada com o apoio dos nossos especialistas financeiros.

Assim, comparamos os principais dados financeiros utilizados na avaliação com fontes de mercado e projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e consideramos que os dados utilizados são consistentes. Efetuamos também revisão retrospectiva entre as principais premissas adotadas no ano anterior e resultados efetivos (*backtesting*) e testamos a coerência geral, lógica e aritmética dos cálculos executados pela Administração.

Adicionalmente, discutimos a análise de sensibilidade preparada pela Administração quanto a razoabilidade das principais premissas utilizadas para os cenários alternativos e revisamos os aspectos

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>divulgados na nota explicativa. Os resultados dos referidos testes foram discutidos com o Comitê de Auditoria.</p> <p>Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.</p>
Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Ambiente de tecnologia da informação no ciclo de receitas</p> <p>No modelo de negócio da Companhia, as principais operações geradoras de receitas, tanto da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários - UTVM quanto da Unidade de Financiamentos – UFIN, são altamente dependentes do ambiente de tecnologia para o processamento diário do elevado número de operações.</p> <p>A não adequação do ambiente de tecnologia, associada aos diferentes níveis de maturidade dos controles internos que o suportam, pode ocasionar o processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.</p> <p>Nas circunstâncias, o ambiente de tecnologia foi um dos principais assuntos de auditoria em nossos trabalhos.</p>	<p>Ambiente de tecnologia da informação no ciclo de receitas</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, aplicamos procedimentos para entendimento do desenho e testes da efetividade operacional dos controles de tecnologia e segurança da informação. De acordo com nosso plano de trabalho, executamos também testes de acesso lógico, de segregação de funções, testes em relação as mudanças sistêmicas e segurança física do centro de processamento de dados.</p> <p>No entendimento do desenho e nos testes sobre efetividade operacional dos controles internos da Companhia, consideramos também aqueles relacionados ao cadastro de participantes, parametrização de tarifas, registro de transações, apuração do faturamento, registro contábil e os necessários controles compensatórios.</p> <p>Adicionalmente, testamos em bases amostrais, a existência de transações, liquidações financeiras, recálculo das receitas auferidas e a conciliação da base de faturamento com os registros contábeis.</p> <p>Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas.

até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança (Administração e Comitê de Auditoria) a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8 "S" RJ